

Poucas vendas e más perspectivas

Roberto da Silva Wiltgen*

A atividade comercial experimentou um período de retração no primeiro semestre de 1998, proporcionado por uma conjuntura desfavorável ao consumo, em vista de uma série de restrições. A primeira, e mais crítica, é certamente a restrição representada pela queda da renda disponível para o consumo. Segundo as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, a massa de rendimentos reais do total de ocupados na Região, em março de 1998, era 1,3% menor do que a de igual mês de 1997, tendo ocorrido uma queda semelhante com relação à massa salarial.

Embora a queda na massa de rendimentos tenha se processado mais pela retração nos rendimentos do que na ocupação, deve-se levar em conta o crescimento na taxa de desemprego nos últimos meses. Esse fato reveste-se de grande importância, na medida em que traz insegurança aos indivíduos com relação às expectativas futuras. Frente a esse quadro, existe uma natural retração em se assumirem compromissos futuros, ocorrendo diminuição no consumo.

Tabela 1

Varição percentual da massa de rendimentos reais na RMPA — 1993/98

PERÍODOS	OCUPADOS	ASSALARIADOS
Mar. 97/mar. 98	-1,3	-1,3
Mar. 96/mar. 97	7,9	5,8
Mar. 95/mar. 96	2,9	2,6
Mar. 94/mar. 95	4,8	-5,0
Mar. 93/mar. 94	1,5	5,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE.

* Economista, Técnico da FEE.

Outra restrição presente durante o primeiro semestre de 1998 foi a persistência de altas taxas de juros do crédito ao consumo. Embora tenha ocorrido uma pequena retração ao longo do semestre, os juros do crédito ao consumo estiveram, em junho, em média, em torno de 9,0% ao mês, um patamar extremamente elevado, considerando-se o atual nível de inflação. Já o cheque especial, uma forma de financiamento bastante utilizada para antecipar o consumo, tinha, em junho, uma taxa média de juros de 11,0% ao mês, constituindo-se numa alternativa ainda mais dispendiosa do que o crédito ao consumidor.

Uma conseqüência das altas taxas de juros é o forte crescimento da inadimplência, que se observou ao longo do período considerado. Em vista de os cheques pré-datados terem se tornado um instrumento de crédito bastante utilizado, isso tem provocado crescimento acentuado no número de cheques sem fundos no País. Segundo o Serviço de Centralização de Serviços Bancários (Serasa), o número de cheques sem fundos emitidos passou de 7,5 milhões de janeiro a maio de 1997 para 11,7 milhões de janeiro a maio de 1998 (CARTÃO... 1998).

Também em Porto Alegre a inadimplência no comércio tem se mostrado crescente, vindo a se constituir num dos principais entraves ao desenvolvimento da atividade. Segundo as informações de Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) de Porto Alegre, o número de informações registradas de inadimplentes cresceu 8,1% de janeiro a maio de 1998, com referência a idênticos meses de 1997. Uma informação alentadora, no entanto, dá conta de que o número de informações canceladas, que se refere aos créditos recuperados, cresceu 2,6% no mesmo período, indicando que algumas pessoas estão recuperando sua capacidade de consumo.

Diante do quadro de restrições apresentado, era de se esperar que a atividade comercial experimentasse menor retração da atividade. Segundo as informações da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a arrecadação de ICMS no comércio, que pode ser tomada como indicador do nível de atividade do setor, teve uma queda de 4,6% no período de janeiro a março de 1998, com relação a idêntico período do ano anterior. O resultado negativo foi determinado pela retração de 10,8% observada no comércio atacadista, pois o comércio varejista apresentou uma pequena variação positiva (0,6%), conforme mostra a Tabela 2.

A retração da atividade comercial provocou uma sensível contração no nível de emprego do setor, tendo ocorrido uma redução de 6,0% no número de ocupados na atividade comercial, na Região Metropolitana de Porto Alegre, de abril de 1997 para abril de 1998, observando-se uma situação bastante mais grave que a dos demais setores, em média, uma vez que, no mesmo período, ocorreu um acréscimo de 0,9% no total de ocupados na RMPA.

Tabela 2

Arrecadação de ICMS no comércio do Rio Grande do Sul — jan.-abr. 1997/98

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR/97 (R\$ 1 000) (A)	JAN-ABR/98 (R\$ 1 000) (B)	Δ% B/A
Comércio atacadista	124 833,81	111 331,17	-10,82
Comércio varejista	145 572,52	146 671,65	0,65
TOTAL	270 556,34	258 002,82	-4,64

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda – RS.

Tabela 3

Índice do nível de ocupação total e do comércio na RMPA — 1993/98

PERÍODOS	TOTAL		COMÉRCIO	
	Índice	Δ%	Índice	Δ%
Abr./93	100,2	...	95,1	...
Abr./94	99,3	-0,9	95,1	0,0
Abr./95	105,9	6,6	107,8	13,4
Abr./96	101,7	-4,0	107,3	-0,5
Abr./97	104,6	2,9	114,1	6,3
1998				
Jan.	105,7	...	114,6	...
Fev.	105,7	...	115,0	...
Mar.	104,9	...	111,2	...
Abr.	105,5	0,9	107,3	-6,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Base: média de 1993 = 100.

As informações do **Termômetro de Vendas** do comércio lojista de Porto Alegre também dão conta de uma queda no nível de atividade. As vendas efetuadas no período de janeiro a maio de 1998 ficaram 5,2% aquém das observadas em igual período de 1997. Segundo os ramos do comércio, teve-se a maior queda nas vendas de bens de consumo não duráveis, que decresceram 6,4%, enquanto a retração na dos bens de consumo duráveis foi de 3,06%. A menor queda nas vendas de bens duráveis, em geral de maior valor unitário, reflete-se também na retração menos acentuada nas vendas a prazo (-3,6%) em relação às vendas à vista.

Tabela 4

Variação percentual real das vendas do comércio lojista de Porto Alegre — 1997/98

RAMOS E MODALIDADES DE PAGAMENTO	JAN-MAIO/98	JUN/97-MAIO/98
	JAN-MAIO/97	JUN/96-MAIO/97
Bens de consumo duráveis (ramo duro)	-3,06	-0,04
Bens de consumo não duráveis (ramo mole)	-6,37	-8,07
TOTAL GERAL	-5,16	-5,26
À vista	-6,88	-7,15
A prazo	-3,58	-3,61

FONTE: CDL - Porto Alegre.

A retração mais acentuada das vendas a prazo também mostra que as altas taxas de juros, embora venham se constituindo num fator de inibição do consumo, não têm propiciado mudança nos hábitos de consumo, levando os indivíduos a preferirem as compras à vista, mesmo que isso signifique retardar o consumo.

O desempenho das vendas dos supermercados, um segmento muito importante do setor comercial, foi melhor no período enfocado. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), as vendas acumuladas dos supermercados, no País, nos primeiros cinco meses de 1998 situaram-se 2,16% acima das obtidas no mesmo período de 1997. Tal comportamento levou a entidade a estimar um crescimento de 2,5% nas vendas dos supermercados neste ano (INADIMPLÊNCIA..., 1998).

Em vista do aqui exposto, contudo, não existem motivos para se esperar que, no segundo semestre, ocorra uma reativação do comércio no Rio Grande do Sul, uma vez que os fatores que inibiram a atividade neste primeiro semestre do ano não devem experimentar alterações significativas. Por um lado, as taxas de desemprego devem se manter altas. Embora exista uma queda sazonal no segundo semestre, esta não deve ocorrer em uma proporção tal que altere o quadro de retração do consumo além do normal para a época do ano. Por outro, as taxas de juros ao consumo, ou mesmo dos cheques especiais, não devem experimentar uma retração muito significativa, uma vez que ainda permanece muito elevada a inadimplência dos consumidores, o que faz com que o crédito, além de caro, se torne mais seletivo.

Bibliografia

CARTÃO ganha espaço na compra parcelada (1998). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B3, 08 jun.

INADIMPLÊNCIA em março é de 7,6% (1998). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B6, 08 jun.

INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1998). Porto Alegre: FEE, v. 7, n.4, abr.

TERMÔMETRO DE VENDAS (1998). Porto Alegre: FEE, v.23, n.5, maio.